

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA UTF/BRA/083/BRA

**NOVA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR
BRASILEIRA – UMA NECESSIDADE**

**POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NA
PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: DA AGRICULTURA FAMILIAR
AO CONSUMIDOR**

**Autores: Clemente Ganz
Patrícia Costa**



Políticas para o desenvolvimento rural na produção de alimentos: da agricultura familiar ao consumidor.

1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA atua para promover o desenvolvimento sustentável rural, por meio de políticas que apoiam e fortalecem a produção da agricultura familiar. O objetivo é favorecer o desenvolvimento da capacidade produtiva da agricultura familiar, para atender a demanda doméstica de alimentos - em quantidade e qualidade - com taxas de retorno adequadas ao produtor e, ao mesmo tempo, com preços finais ao consumidor que favoreçam a estabilidade do custo de vida.

Os diferentes instrumentos de política agrícola como o crédito, a assistência técnica, a armazenagem, o transporte, as compras públicas, entre outros, estão em consonância com estes objetivos.

Aprimorar a capacidade de acompanhamento e de análise do desempenho dessas políticas e os efeitos reais que provoca na dinâmica de produção da agricultura familiar, nos circuitos de abastecimento, na formação dos preços ao longo do processo de produção e de intermediação e dos preços finais pagos pelos consumidores, é fundamental para o fortalecimento das políticas públicas nesse campo.

Destaca-se também a relevância desse acompanhamento pela participação que os alimentos têm no orçamento familiar e pelos efeitos das variações dos preços sobre as taxas de inflação e o custo de vida das famílias.

As características técnicas da produção de cada alimento, a sazonalidade das safras, os efeitos que as intempéries têm sobre os preços, as pressões de custos pelos insumos, entre outros fatores, são elementos que devem ser acompanhados e analisados com a perspectiva de aperfeiçoar as políticas públicas, visando diminuir os riscos e incertezas do produtor, mitigando efeitos adversos dos fenômenos naturais que interferem nas safras, e, quando possível, reduzindo a volatilidade das safras e dos preços, minorando os prejuízos dos produtores e as oscilações dos preços pagos pelos consumidores.

Do mesmo modo, as *commodities* necessitam de um acompanhamento específico para planejar a política de abastecimento interno, bem como para favorecer a participação do setor no comércio internacional.

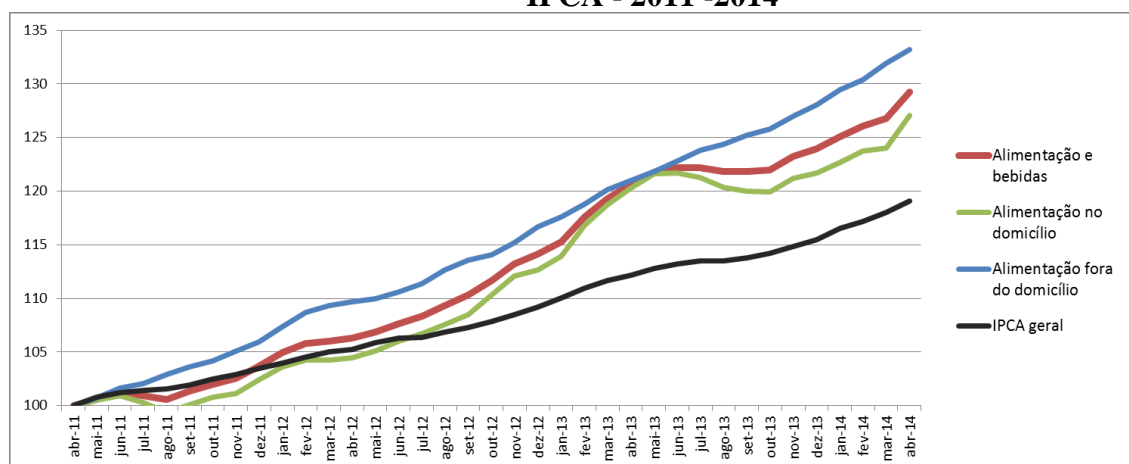
Por isso, o Grupo Permanente de Acompanhamento Conjuntural - GPAC do MDA trabalha no acompanhamento dos produtos da agricultura familiar e suas repercussões no mercado interno e externo.

2. ALIMENTOS E INFLAÇÃO

Nos últimos dois anos, os preços dos alimentos tiveram fortes impactos sobre as taxas de inflação e, por conseguinte, sobre o custo de vida. Os gráficos abaixo demonstram a participação dos alimentos na composição das taxa de inflação no Brasil, medida neste caso, pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA – IBGE, no período de 2011 a 2014.

Observam-se no gráfico 1, quatro curvas. A preta é a curva do IPCA Geral, ou seja, o comportamento médio de todos os itens que compõem o índice de preços. As três outras curvas apresentam a variação de alimentos e bebidas (vermelha), alimentação no domicílio (verde) e a alimentação fora do domicílio (azul). Até o final de 2011 e início de 2012, somente a alimentação fora do domicílio apresentou variações acima da média do índice geral. Os demais preços estavam abaixo da curva média do índice geral, contribuindo para mantê-lo em taxas mais próximas ao centro da meta inflacionária do Brasil. Entretanto, desde o início de 2012, esse comportamento se altera estruturalmente, primeiro com o descolamento de alimentos e bebidas e, em meados do mesmo ano, da alimentação no domicílio, a partir de quando todas as curvas de variação de preços dos alimentos indicam movimentos altistas bem acima das variações do índice geral. Isso representa que esses três componentes, alimentação e bebidas, alimentação no domicílio e fora dele, passaram a pressionar as taxas de inflação de forma bastante acentuada.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DOS SUBGRUPOS DA ALIMENTAÇÃO E DA TAXA GERAL
IPCA - 2011 -2014

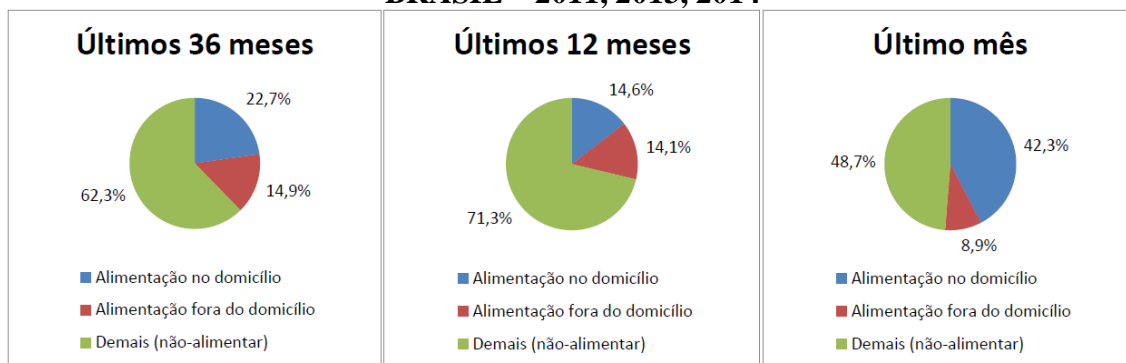


Fonte: IPCA IBGE

Os próximos gráficos indicam a participação relativa entre a alimentação dentro e fora do domicílio e os demais itens que compõem o IPCA. Analisando-se os três recortes temporais, o peso da alimentação que é mais de 2/3 do índice nos últimos três anos, salta no último mês para um impacto que supera 51%. Esses gráficos demonstram a importância do peso dos alimentos no índice de

preços, bem como os efeitos que a volatilidade e sazonalidade - características dos preços dos alimentos - podem ter sobre as taxas de inflação no curto prazo (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
PARTICIPAÇÃO DOS SUBGRUPOS DA ALIMENTAÇÃO NO IPCA
BRASIL – 2011, 2013, 2014



Fonte: IPCA IBGE

Os efeitos do comportamento dos preços dos alimentos sobre as taxas de infla o, além dos impactos sobre o custo de vida, têm diferentes desdobramentos do ponto de vista macroecon mico. Como o Brasil adota o regime de metas de infla o, cabe ao Banco Central a tarefa de, por meio da política monetária e dos instrumentos macroprudenciais acessórios, atuar para que as taxas de infla o converjam para o centro da meta. Quando os preços desviam a curva do centro da meta, com pressões altistas, a política monetária   acionada para frear o nível de atividade, especialmente se o diagnóstico indica a combina o de diferentes fatores específicos e de pressões de demanda sobre os preços.

Abordados sob a perspectiva do desenvolvimento – a promo o, de maneira sustentável, do bem estar social e da qualidade de vida para todos – os desafios são a manuten o da continuidade do crescimento econ mico, com o fortalecimento do mercado interno de consumo de massa, o incremento da produtividade geral, o aumento do investimento em infraestrutura econ mica e social e da capacidade produtiva instalada, a gera o de emprego de qualidade e o aprofundamento das estratégias distributivas.

O importante   colocar a política de desenvolvimento rural em consonância com esses desafios, diretamente nas políticas de desenvolvimento produtivo e na macroeconomia do crescimento, da forma o dos preços e dos impactos sobre a infla o.

Considerando-se a participa o dos alimentos na estrutura orçamentária das famílias e os impactos que a varia o dos preços tem sobre a infla o, cabe:

- a. Acompanhar o comportamento dos preços ao consumidor dos produtos alimentares como indicador síntese dos efeitos de inúmeros fatores, antecedentes ao preço final, que se processam na forma o dos preços parciais durante as etapas da produ o e do abastecimento.

- b. Analisar as características de cada produto em termos de processos de:
 - a. Produção, em suas diferentes etapas;
 - b. Armazenagem;
 - c. Transporte e abastecimento;
 - d. Intermediação;
 - e. Processo de industrialização.
- c. Acompanhar os produtos integrados às cadeias internacionais – *commodities*, os fatores que concorrem para a formação dos preços internacionais e repercussões nos preços internos, ou mesmo nas expectativas de taxas de retorno dos agricultores ou intermediários.
- d. Observar a capacidade de produção de políticas de estoque e de abastecimento, combinadas com outras políticas, para atuar nas dimensões da segurança alimentar.

3. ALIMENTOS SELECIONADOS

A partir dos pontos destacados, o GPAC analisou e selecionou 14 alimentos que serão acompanhados pelo grupo:

- Hortifruti: Tomate; Cebola; Batata inglesa; Banana;
- Raiz: Farinha de mandioca;
- Pecuária: Leite; Carne bovina; Carne suína; Carne de frango e
- Grãos: Feijão; Arroz; Trigo; Milho; Soja (milho e soja pela importância como insumo para outros alimentos, sendo o milho um dos principais produtos produzidos pela Agricultura Familiar).

Os 14 produtos juntos representam 8,85% no IPCA total e, 55,2% na alimentação no domicílio. Já a participação no Valor Bruto da Produção (VBP) dos 14 itens produzidos pela agricultura familiar foi de 59,5% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

Ainda, os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 81,6% do total do crédito foi destinado à produção da seleção de bens feita pelo GPAC

Abaixo, um quadro síntese com os principais dados dos produtos selecionados.

PRODUTO	Proxios ou sub-produtos	Peso do item no índice 100 do IPCA	% na alimentação no domicílio^A	% da AF na quantidade total produzida nacionalmente^C	% VBP da AF no produto em relação ao VBP total da AF (considerando o universo da AF que tem DAP ativa)	Valor Financiado no ano 2012 (em R\$)	% no Valor Total Financiado Custeio Agrícola e Pecuario^D	Nº de Operações de Crédito
Tomate		0,24	1,5%		0,9%	76.177.228	1,1%	5.430
	<i>tomate estaqueado</i>			52%				
	<i>tomate industrial</i>			33%				
Cebola		0,12	0,7%	71%	0,5%	88.366.347	1,2%	5.751
Batata inglesa		0,20	1,2%	27%	0,2%	22.238.254	0,3%	1.416
Banana		0,29	1,8%	63%	1,1%	37.959.945	0,5%	2.814
Mandioca						146.076.941	2,1%	23.465
	<i>farinha de mandioca</i>	0,22	1,4%	93%	0,3%			
Leite				58%	16%	1.497.503.180	21%	138.167
	<i>leite e derivados</i>	1,96	12,2%					
Carne bovina		2,32	14,5%		10,7%	836.844.892	12%	65.312
	<i>bois abatidos</i>			47%				
	<i>bois vendidos</i>			22%				
Carne suína		0,22	1,4%		3,7%	43.408.806	0,6%	2.169
	<i>suínos abatidos</i>			73%				
	<i>suínos vendidos</i>			49%				
	<i>suínos (criação)</i>							
Carne de frango		0,90	5,6%		5,9%			
	<i>frangos abatidos</i>			55%				
	<i>frangos vendidos</i>			45%				
	<i>avicultura (engorda para abate)</i>					22.154.480	0,3%	1.436
Feijão					3,1%	65.737.611	0,9%	11.462

<i>feijão carioca/rajado</i>	0,18	1,1%	52%			
<i>feijão preto</i>	0,08	0,5%	76%			
Arroz	0,59	3,7%		1,7%	150.639.347	2,1%
<i>arroz em grão</i>			72%			
<i>arroz em casca</i>			30%			
Trigo			21%	0,8%	281.827.688	4,0%
<i>farinha de trigo</i>	0,09	0,6%				
<i>pão francês</i>	1,14	7,1%				
Milho^B			46%	7,7%	1.602.715.813	22,6%
<i>fubá de milho</i>	0,03	0,2%				
Soja^B			14%	6,6%	1.385.745.516	19,5%
<i>óleo de soja</i>	0,27	1,7%				

Nota: A) "Alimentação no domicílio" representa 16,02% do IPCA geral

B) Importantes como insumo para outros alimentos (mais do que para consumo direto)

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE

3.1. Tomate

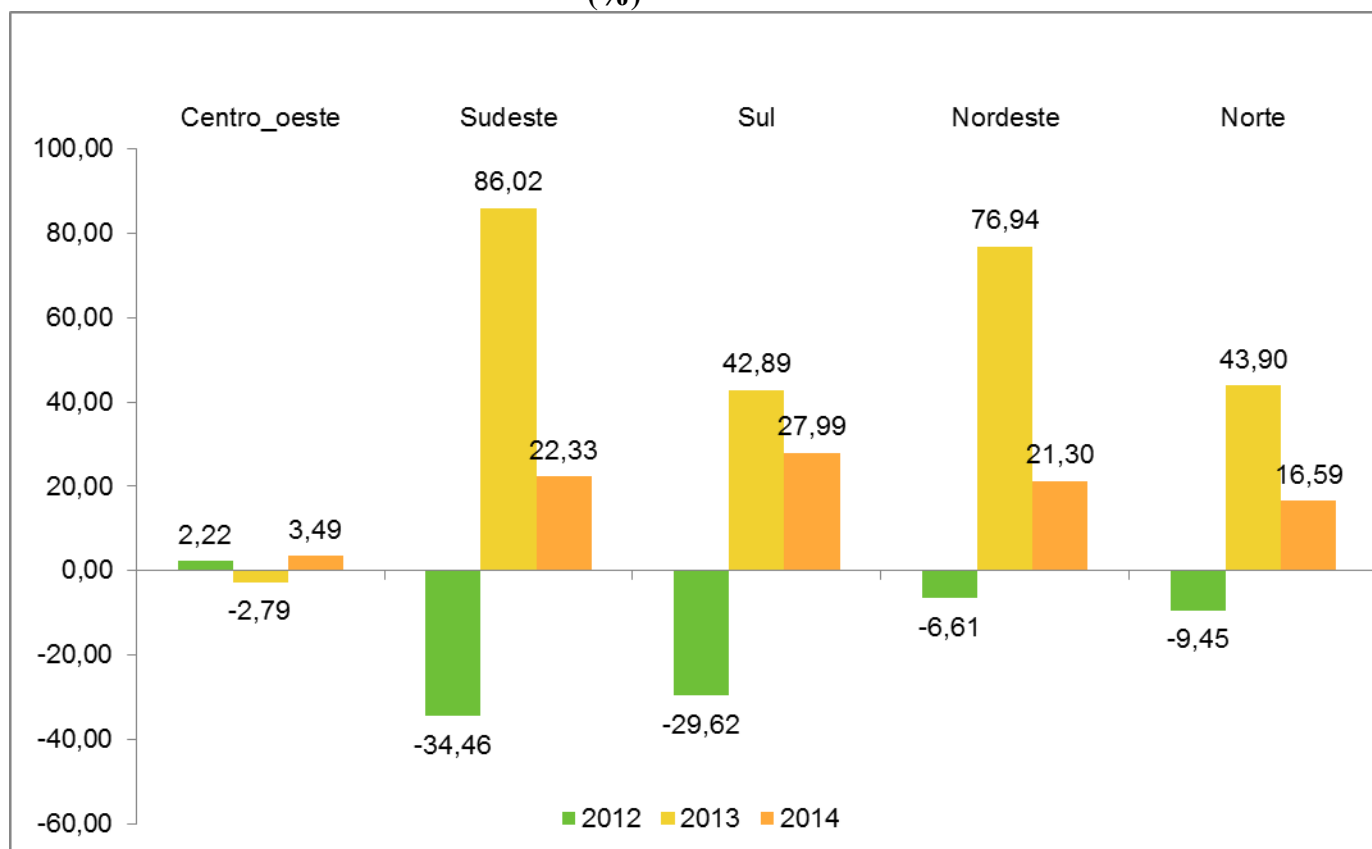
O tomate pesa 0,24% no IPCA e 1,5% no subgrupo alimentação no domicílio. A produção da agricultura familiar correspondia a 52% da produção nacional para tomate estaqueado e a 33% para tomate industrial, segundo dados de 2006. A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) do tomate produzido pela agricultura familiar foi de 0,9% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

Os dados do Pronaf Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 1,1% do total do crédito foi destinado à produção de tomate, o que equivalia a R\$ 76.177.228,00 em 2012, ou seja, 5.430 operações de crédito.

O tomate, por seu peso expressivo no IPCA e na alimentação, tem sido chamado de o “vilão da inflação”. É um produto que apresenta grande variação de preço, uma vez que sua produção se fragiliza frente aos fatores climáticos – muita seca, muita chuva, muito frio, o que traz um grande risco financeiro para o produtor. Infelizmente, não há como se precaver contra os problemas climáticos, sendo impossível fazer contratos com preços pré-fixados como fazem aqueles que produzem grandes *commodities*. A única proteção do tomaticultor é o seguro contra chuvas de granizo. Em contrapartida, o preço do tomate é muito atrativo para o produtor.

Em 2014, em especial, a produção de tomate sofreu com o calor excessivo no início do ano e vem sendo atacada por viroses (mosca branca), que impacta no valor do bem no varejo. Segundo a Pesquisa Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo DIEESE, no primeiro quadrimestre de 2014, o preço do tomate no varejo já acumula alta acima de 15% nas cinco regiões do Brasil, exceto na região Centro-Oeste. No entanto, as taxas são menores das que as verificadas para o mesmo período de 2013.

GRÁFICO 3
TAXA ACUMULADA DO PREÇO DO TOMATE NO 1º QUADRIMESTRE
GRANDES REGIÕES – 2012 A 2014
 (%)



Fonte: PESQUISA DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS. DIEESE

3.2. Cebola

No IPCA, o peso da cebola é de 0,12% e de 0,7% na alimentação no domicílio. A produção da agricultura familiar correspondia a 71% da produção nacional, segundo dados de 2006. A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da cebola produzida pela agricultura familiar foi de 0,5% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

Os dados do Pronaf Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 1,2% do total do crédito foi destinado à produção de cebola, o que equivalia a R\$ 88.366.347,00 em 2012, ou seja, 5.751 operações de crédito.

No Brasil, a produção de cebola está concentrada na Região Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul de modo especial nos estados da Bahia, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Normalmente é uma atividade de pequenos e médios produtores.

No início do ano, o mercado interno é abastecido pela produção do Sul, mas, em 2014, além das baixas cotações da cebola, o calor antecipou a colheita, com bulbos de menor produtividade. As plantações irrigadas também estão comprometidas, pelo volume inferior de água.

Ainda em maio, teve início a colheita da safra do Cerrado mineiro e goiano. Porém, a produtividade está abaixo do potencial produtivo da região, pois as altas temperaturas

prejudicaram a bulbificação da cebola, segundo boletim do CEPEA- Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - ESALQ/USP. A expectativa para maio e junho é que haja importação de cebola da Argentina.

3.3. Batata inglesa

No Brasil, a batata possui três safras, a saber:

- Safra das águas (maior): agosto a dezembro
- Safra da seca: abril a julho
- Safra de inverno: janeiro a março

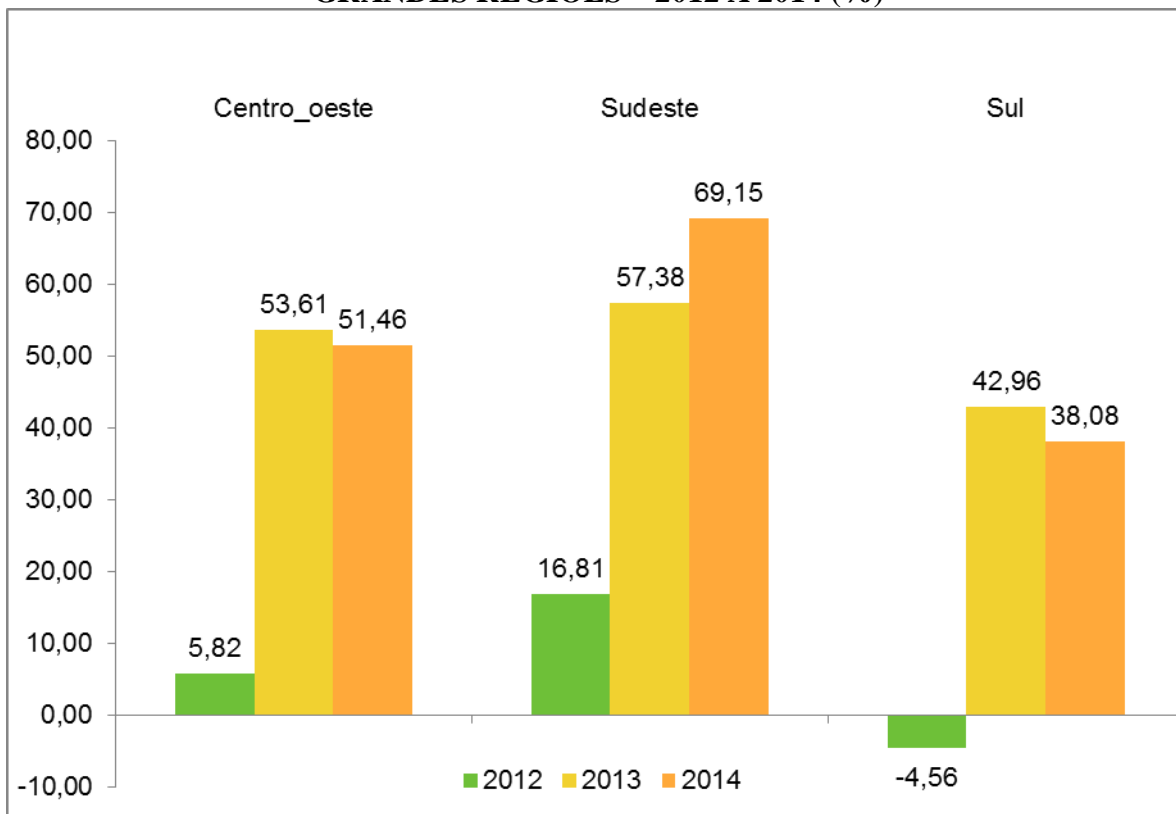
No IPCA, o peso da batata é de 0,20% e na alimentação no domicílio, 1,2%. A produção da agricultura familiar correspondia a 27% da produção nacional, segundo dados de 2006. A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da batata produzida pela agricultura familiar foi de 0,2% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

Os dados do Pronaf Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 0,3% do total do crédito foi destinado à produção de batata, o que equivalia a R\$ 22.238.254,00 em 2012, ou seja, 1.416 operações de crédito.

Em 2014, o preço da batata na safra das secas foi recorde, devido à estiagem prolongada do Nordeste. Entre 2013 e 2014, houve diminuição da área plantada e da oferta do tubérculo, uma vez que há dois anos o produtor vem acumulando prejuízo no plantio da batata.

As taxas acumuladas de variação no primeiro quadrimestre de 2014 superam 38% em todas as regiões em que o DIEESE pesquisa a batata – Centro-Sul. Em 2013, as variações acumuladas no primeiro quadrimestre também foram expressivas.

GRÁFICO 4
TAXA ACUMULADA DO PREÇO DA BATATA NO 1º QUADRIMESTRE
GRANDES REGIÕES – 2012 A 2014 (%)



Fonte: PESQUISA DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS. DIEESE

3.4. Mandioca

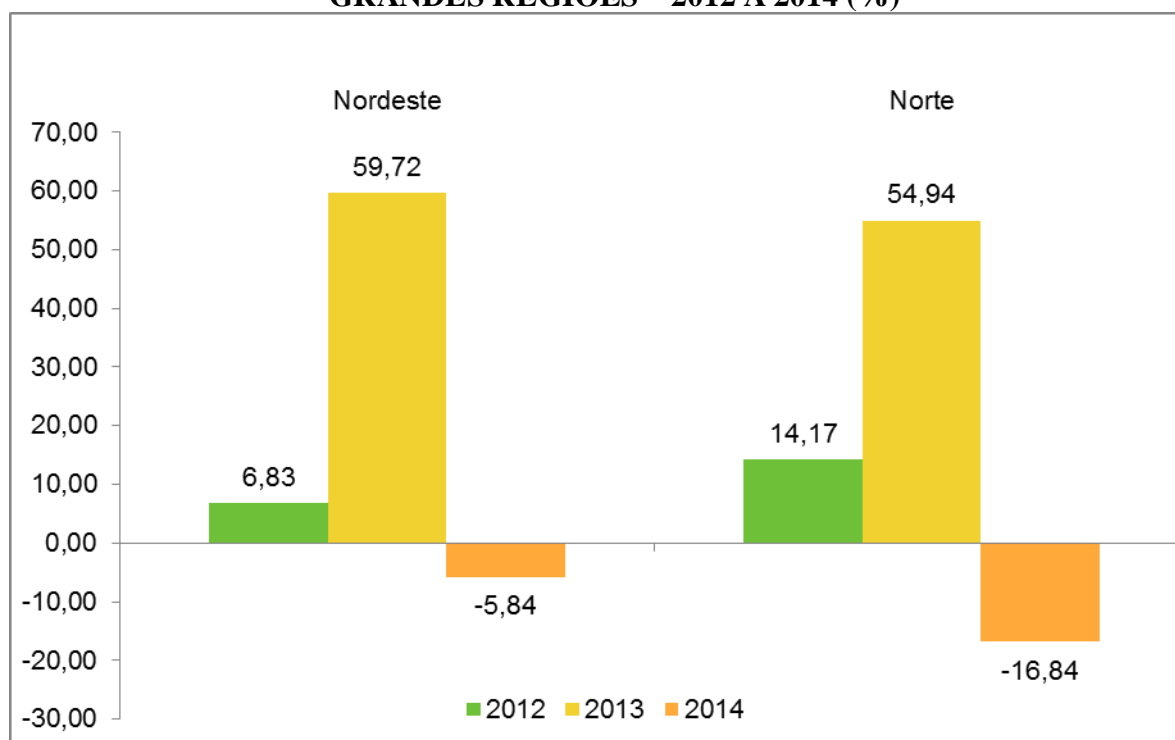
No IPCA, o peso da farinha de mandioca, cujo principal insumo é a mandioca, é de 0,22% e de 1,4% na alimentação no domicílio.

A produção de mandioca da agricultura familiar correspondia a 93% da produção nacional, segundo dados de 2006. A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da mandioca produzida pela agricultura familiar foi de 0,3% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

Os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 2,1% do total do crédito foi destinado à produção de mandioca, o que equivalia a R\$ 146.076.941,00 em 2012, ou seja, 23.465 operações de crédito.

O preço da mandioca é influenciado pelo clima e pela demanda da indústria produtora de farinha. No final de 2013, houve decréscimo no ritmo de processamento pelo recesso da indústria e também redução da demanda, pelos altos preços no varejo. Com isso, diminuiu a intensidade de elevação do preço da farinha. Em 2014, o aumento da colheita e a menor atividade da indústria explicaram a diminuição do preço no quadrimestre conforme os dados da Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos.

GRÁFICO 5
TAXA ACUMULADA DO PREÇO DA MANDIOCA NO 1º QUADRIMESTRE
GRANDES REGIÕES – 2012 A 2014 (%)



Fonte: PESQUISA DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS. DIEESE

Obs.: Pesquisada apenas nas capitais do Norte (Belém e Manaus) e Nordeste (Salvador, Aracaju, Recife, João Pessoa, Natal e Rio Grande do Norte).

3.5. Banana

No IPCA, o peso da banana é de 0,29% e de 1,8% na alimentação no domicílio. A produção de banana da agricultura familiar correspondia a 63% da produção nacional, segundo dados de 2006. Já a participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da banana produzida pela agricultura familiar foi de 1,1% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

Os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 0,5% do total do crédito foi destinado à produção de banana, o que equivalia a R\$ 37.959.945,00 em 2012, ou seja, 2.814 operações de crédito.

Existem muitos tipos de bananas no Brasil, sendo as mais comuns: a nanica, d'água ou caturra, banana prata e sua derivada – Pacovan, banana maçã, banana ouro e banana terra. É uma fruta popular, com alto peso no consumo das famílias de todo país.

O calor ajuda a produção da banana, mas a estiagem em excesso causa amadurecimento precoce da fruta, como foi observado no início de 2014: as frutas amadureceram antes do tempo, o que elevou o preço da banana nos meses de abril e maio no varejo.

3.6. Leite

No IPCA, o peso do leite e derivados é de 1,96% e na alimentação no domicílio, 12,2%. Já a produção de leite da agricultura familiar correspondia a 58% da produção nacional, segundo

dados de 2006. A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) do leite produzido pela agricultura familiar foi de 16% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

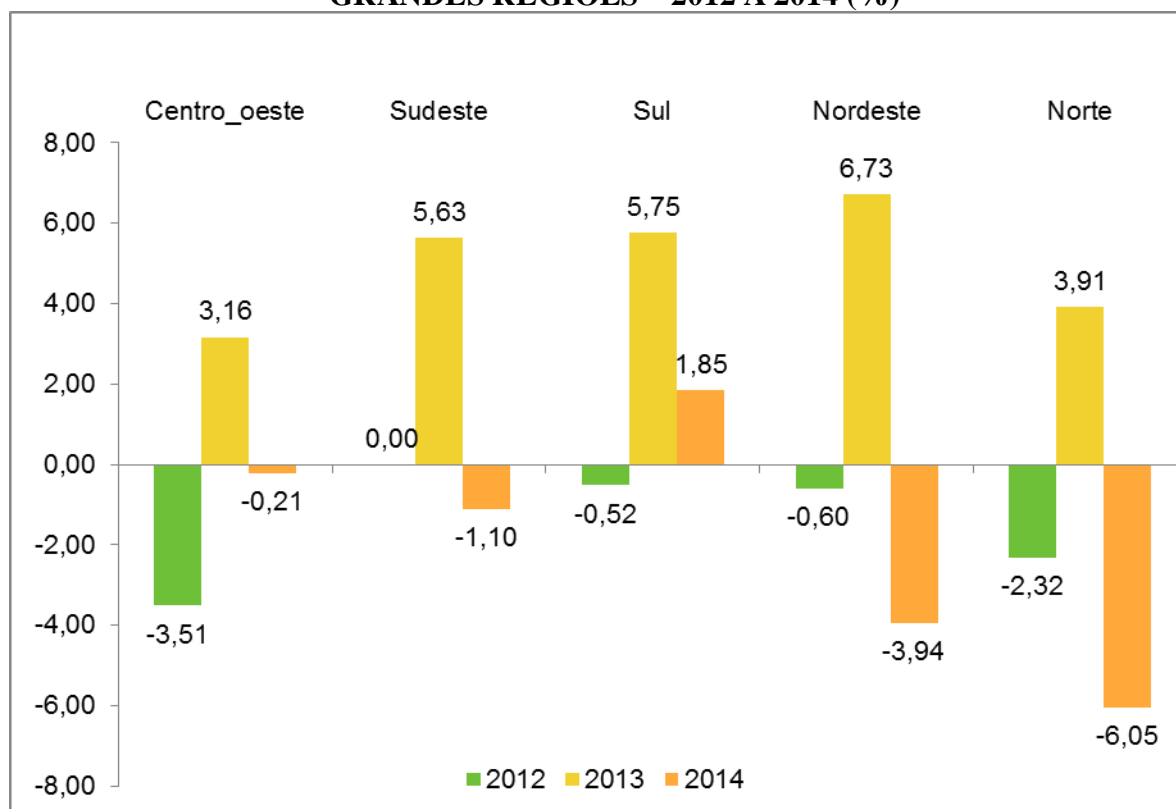
Os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 21% do total do crédito foi destinado à produção de leite e derivados, o que equivalia a R\$ 1.497.503.180,00¹ em 2012, ou seja, 138.167 operações de crédito.

O leite e derivados têm um peso grande no consumo das famílias brasileiras. O ano de 2013 foi atípico para o leite, com aumento da cotação em todos os meses, devido ao aquecimento da demanda interna. Os maiores patamares de preço foram observados em setembro.

As chuvas de outubro, novembro e dezembro melhoraram as pastagens e houve aumento de investimento, com isso, a oferta de leite se expandiu. No final do ano, as indústrias estavam com estoque alto e demandaram menos, ocasionando a diminuição de preços.

Em 2014, os preços no varejo recuaram no acumulado do quadrimestre, principalmente pela menor demanda da indústria de laticínios, mas a entressafra começa em maio e tende a pressionar o preço do bem para cima nos próximos meses.

GRÁFICO 6
TAXA ACUMULADA DO PREÇO DO LEITE NO 1º QUADRIMESTRE
GRANDES REGIÕES – 2012 A 2014 (%)



Fonte: PESQUISA DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS. DIEESE

3.7. Carne bovina

¹ Esse valor também inclui o crédito concedido para “Bovinos Produção Mista” Carne e Leite

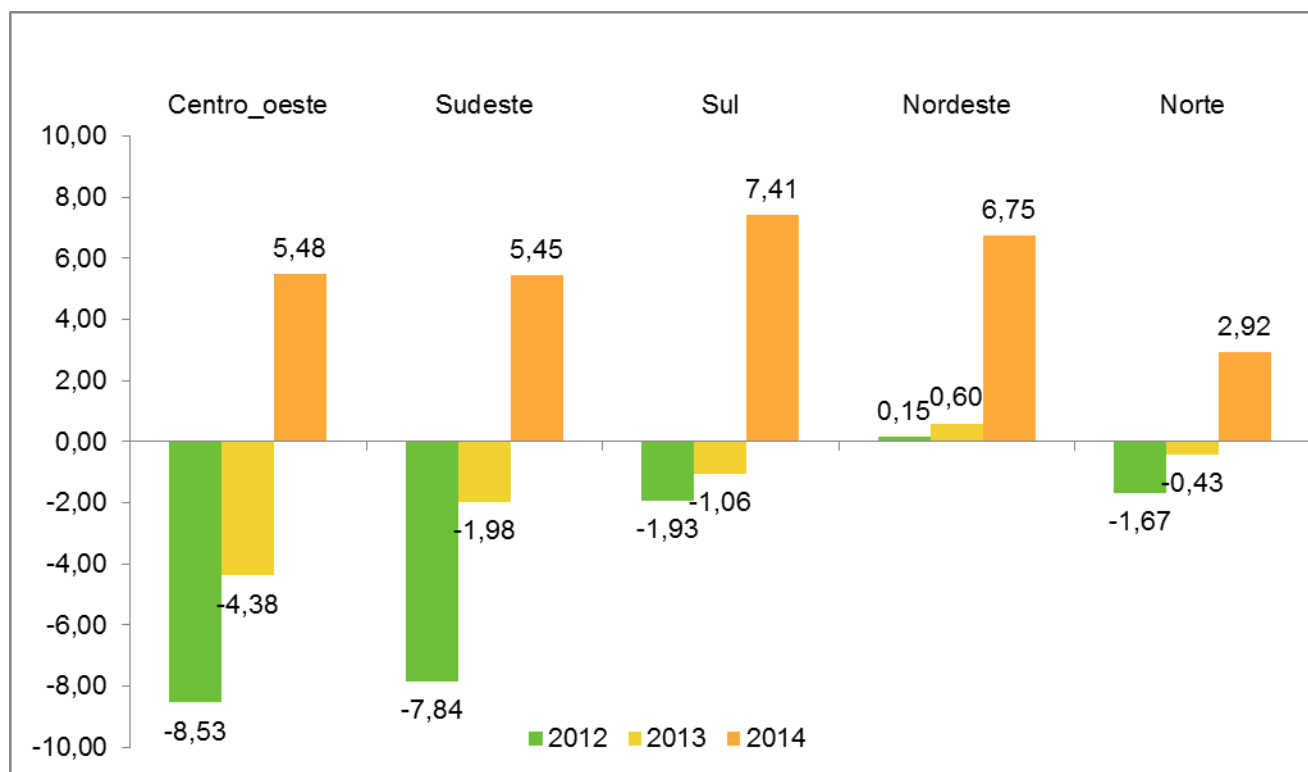
No IPCA, o peso da carne bovina é de 2,32% e de 14,5% na alimentação no domicílio. A produção da agricultura familiar correspondia a 47% da produção nacional para bois abatidos e a 22% para bois vendidos, segundo dados de 2006. A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da carne bovina produzida pela agricultura familiar foi de 10,7% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

Os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 12% do total do crédito foi destinado à produção de carne bovina, o que equivalia a R\$ 836.844.892²,00 em 2012, ou seja, 65.312 operações de crédito.

A carne é um produto de peso expressivo na alimentação do brasileiro. O período de entressafra geralmente acontece entre julho e novembro, com diminuição da oferta e elevação dos valores do bem.

Porém em 2014, a população vem pagando um preço cada vez mais alto pela carne. Soma-se à estiagem do início do ano, que reduziu a oferta de carne, o aumento da exportação brasileira. Os dados da Pesquisa de Cesta Básica de Alimentos indicaram que, nos anos anteriores, seguia-se a tendência de redução de preço no primeiro quadrimestre e em 2014, isso não aconteceu.

GRÁFICO 7
TAXA ACUMULADA DO PREÇO DA CARNE BOVINA NO 1º QUADRIMESTRE
GRANDES REGIÕES – 2012 A 2014 (%)



Fonte: PESQUISA DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS. DIEESE

² Esse valor também inclui o crédito concedido para “Bovinos Produção Mista” Carne e Leite.

3.8. Carne suína e de frango

No IPCA, o peso da carne suína é de 0,22% e na alimentação no domicílio, de 1,4%. A produção da agricultura familiar correspondia a 73% da produção nacional para suínos abatidos e a 49% para suínos vendidos, segundo dados de 2006. A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da carne suína produzida pela agricultura familiar foi de 3,7% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

Os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 0,6% do total do crédito foi destinado à produção de carne suína, o que equivalia a R\$ 43.408.806,00 em 2012, ou seja, 2.169 operações de crédito.

Para a carne de frango, o peso no IPCA foi 0,90% e de 5,6% na alimentação no domicílio. A produção da agricultura familiar correspondia a 55% da produção nacional para frangos abatidos e a 45% para frangos vendidos, segundo dados de 2006. A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da carne de frango produzida pela agricultura familiar foi de 5,9% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

Os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 0,3% do total do crédito foi destinado à avicultura ou engorda para o abate, o que equivalia a R\$ 22.154.480,00 em 2012, ou seja, 1.436 operações de crédito.

O calor do início do ano impactou no preço do frango. As altas temperaturas elevaram a mortalidade das aves, o que reduziu a oferta e aumentou o custo da carne de frango no varejo.

No caso do porco, a demanda interna no primeiro quadrimestre diminuiu e as exportações de carne suína cresceram. Os preços no mercado interno estão em retração. No entanto, para os próximos meses, a demanda interna deve subir em função da Copa do Mundo e do frio, que faz com que a procura por feijoada seja maior.

3.9. Feijão preto/carioquinha

No IPCA, o peso do feijão carioca/rajado é de 0,18% e de 1,1% na alimentação no domicílio. A produção da agricultura familiar correspondia a 52% da produção nacional, segundo dados de 2006.

Para o feijão preto, o peso no IPCA foi 0,08% e de 0,5% na alimentação no domicílio. A produção da agricultura familiar correspondia a 76% da produção nacional.

A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) do feijão produzido pela agricultura familiar foi de 3,1% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

Os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 0,9% do total do crédito foi destinado à produção de feijão, o que equivalia a R\$ 65.737.611,00 em 2012, ou seja, 11.462 operações de crédito.

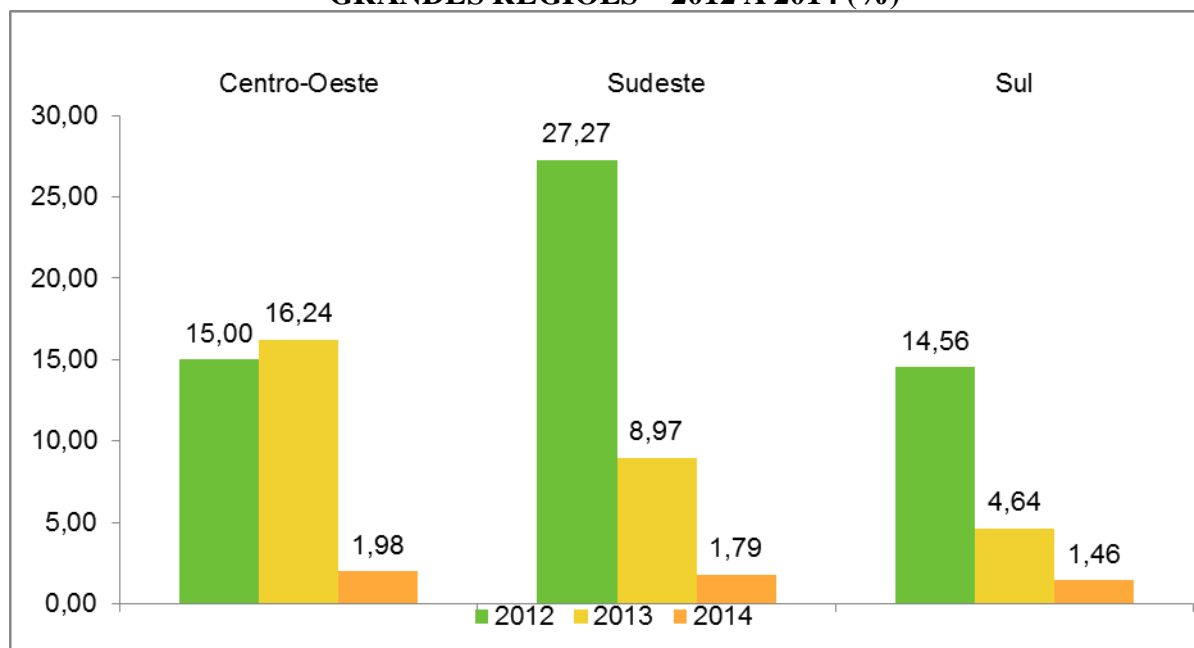
No Brasil, a maior produção de feijão carioca e preto está na região Centro-Sul - em Santa Catarina, Centro-Oeste e parte do NE. O feijão preto é mais cultivado no Sul. Em 2013, a área plantada do feijão quase não se alterou, mas com a tecnologia e introdução de variedades mais resistentes e produtivas de feijão, houve aumento na oferta do grão.

Em 2013, o estoque de feijão carioquinha era baixo e houve diminuição da área plantada (substituído pela soja), o que resultou em aumento de preço. O governo importou feijão, que somado à 3ª safra, reduziu as cotações no varejo.

Já o feijão preto mostrou aumentos expressivos em todo ano de 2013 em relação a 2012 devido a problemas climáticos (seca) e a redução de área plantada.

Em 2014, conforme os dados da Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos, a taxa acumulada de aumento do feijão preto foi menor do que a dos anos anteriores e para o feijão carioquinha, houve retração em 2014, pela safra do início do ano.

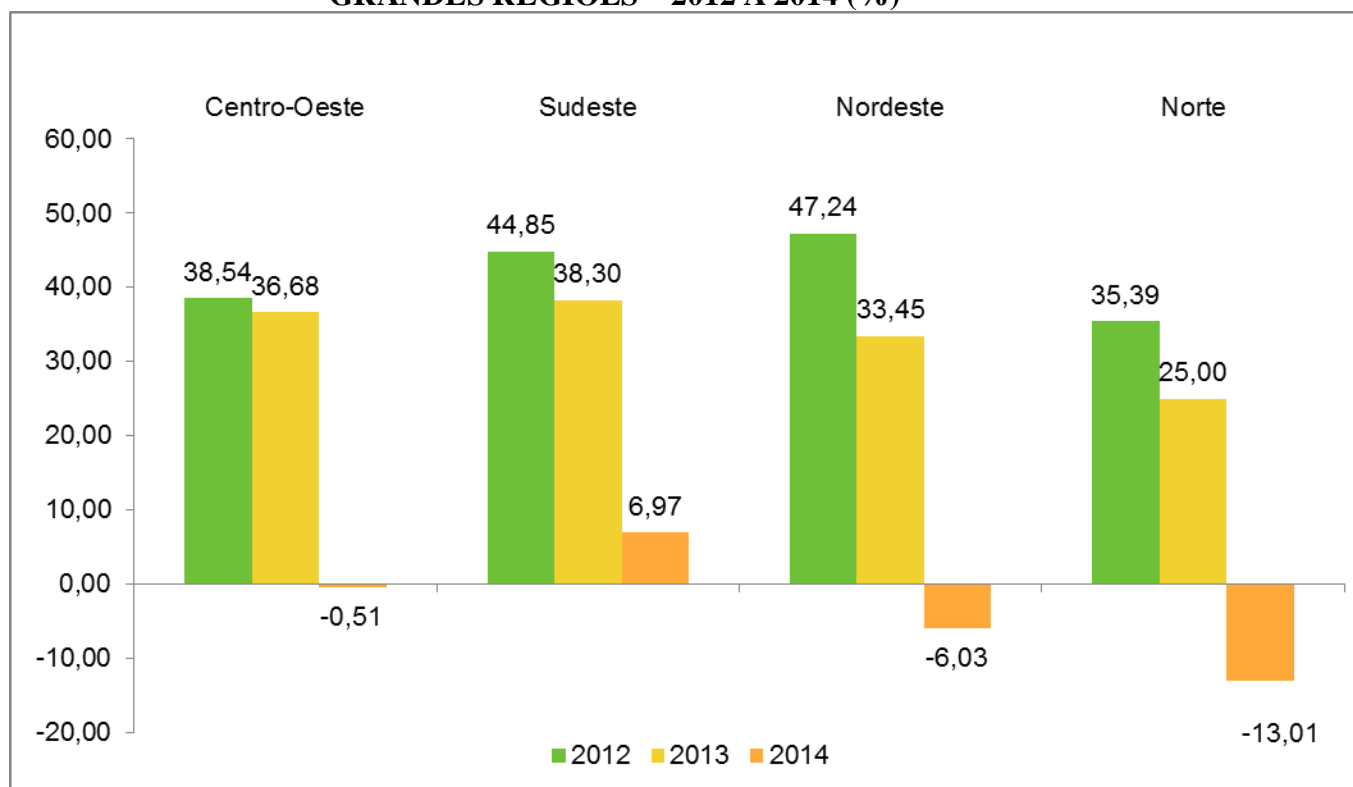
GRÁFICO 8
TAXA ACUMULADA DO PREÇO DO FEIJÃO PRETO NO 1º QUADRIMESTRE
GRANDES REGIÕES – 2012 A 2014 (%)



Fonte: PESQUISA DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS. DIEESE

Obs.: Pesquisado em Brasília, Rio de Janeiro, Vitória, Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis.

GRÁFICO 9
TAXA ACUMULADA DO PREÇO DO FEIJÃO CARIOQUINHA NO 1º
QUADRIMESTRE
GRANDES REGIÕES – 2012 A 2014 (%)



Fonte: PESQUISA DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS. DIEESE

Obs.: Pesquisado em Goiânia, São Paulo, Belo Horizonte, Manaus, Aracaju, Fortaleza, Recife, Natal, João Pessoa e Salvador.

3.10. Arroz

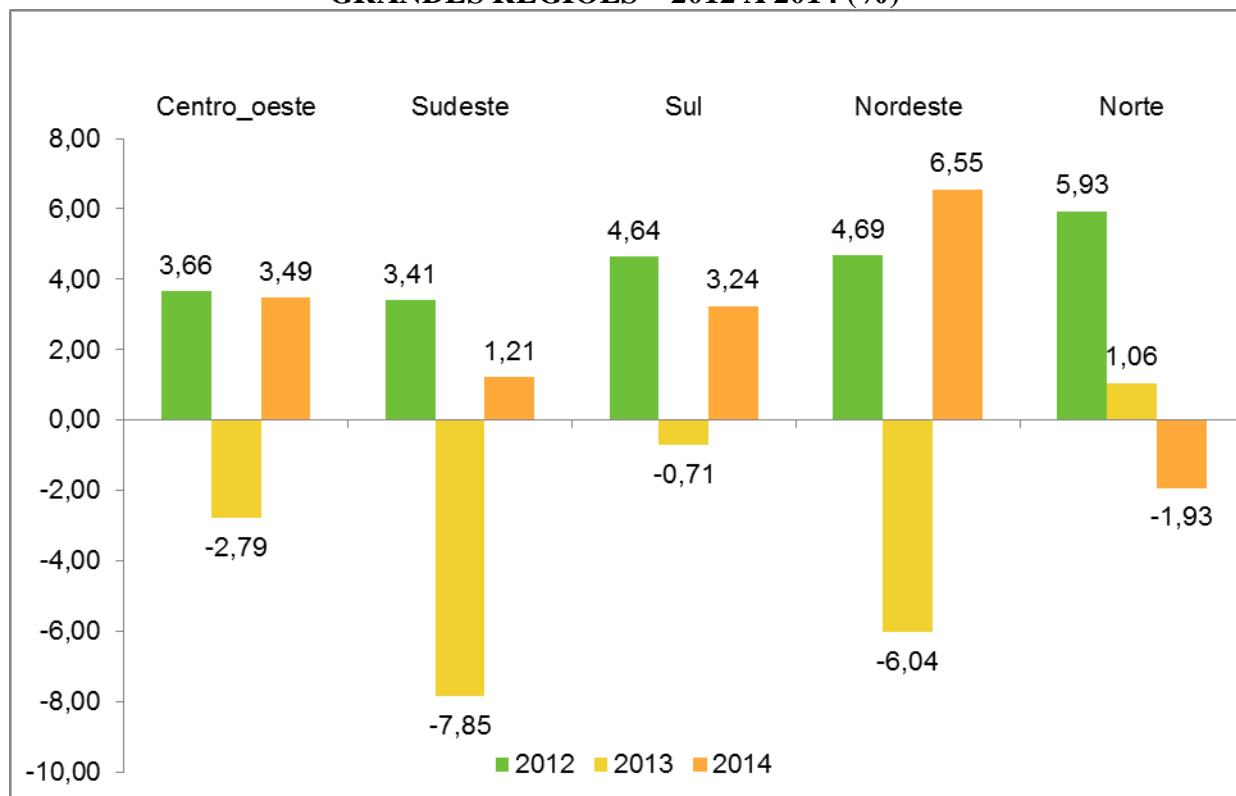
No IPCA, o peso do arroz é de 0,59% e de 3,7% na alimentação no domicílio. A produção da agricultura familiar correspondia a 72% da produção nacional para o arroz em grão e 30% para o arroz em casca, segundo dados de 2006. A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) do arroz produzido pela agricultura familiar foi de 1,7% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar.

Os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 2,1% do total do crédito foi destinado à produção de arroz, o que equivalia a R\$ 150.639.347,00 em 2012, ou seja, 9.121 operações de crédito.

Houve um aumento do preço do arroz no varejo apesar do início da colheita, que avançou de forma lenta, devido às baixas cotações negociadas do grão. Produtores tentaram armazenar arroz e fazer caixa vendendo outros produtos. As exportações, por sua vez, cresceram e a

indústria de arroz pagou mais pelo grão, para atender a demanda dos grandes centros. Isto explica as variações positivas do preço do bem no varejo, em 2014, para o 1º quadrimestre.

GRÁFICO 10
TAXA ACUMULADA DO PREÇO DO ARROZ NO 1º QUADRIMESTRE
GRANDES REGIÕES – 2012 A 2014 (%)



Fonte: PESQUISA DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS. DIEESE

3.11. Trigo

O trigo aparece no IPCA como farinha de trigo, com o peso de 0,09% no índice e 0,6% na alimentação no domicílio. E também é insumo do pão francês, cujo peso no IPCA é 1,14% e na alimentação no domicílio, 7,1%.

A produção da agricultura familiar de trigo correspondia a 21% da produção nacional, segundo dados de 2006.

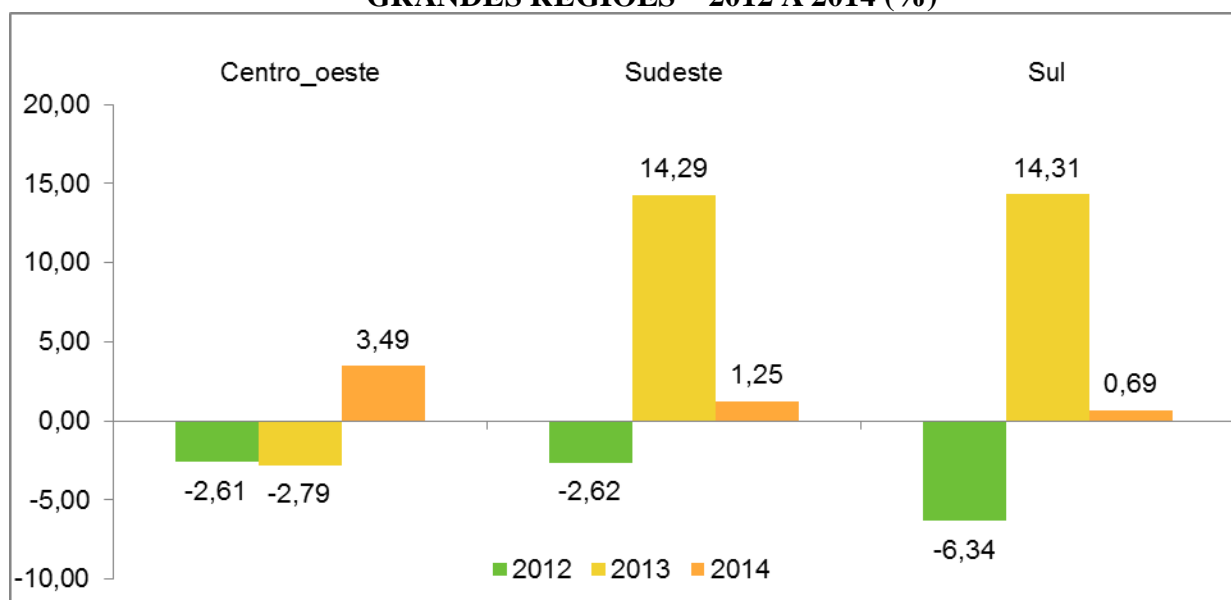
A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) do trigo produzido pela agricultura familiar foi de 0,8% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar. Os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 4,0% do total do crédito foi destinado à produção de trigo, o que equivalia a R\$ 281.827.688,00 em 2012, ou seja, 19.897 operações de crédito.

O trigo tem uma produção concentrada no Sul do país, onde o clima é mais temperado. Parte do trigo consumido no Brasil é importada da Argentina.

No varejo, tanto em 2013 quanto em 2014, houve elevação do preço da farinha de trigo e no pão francês no primeiro quadrimestre. No ano passado, a desvalorização da moeda encareceu

o trigo importado e a oferta interna do cereal foi baixa. Já em 2014, as perspectivas de crescimento da lavoura brasileira animaram os produtores, apesar do estoque atual de trigo no mundo ser baixo, o que elevou as cotações do grão tanto no mercado interno quanto externo. No varejo, o pão francês mostrou alta de preço significativa no 1º quadrimestre de todos os anos. Já o aumento da farinha de trigo foi maior em 2013 do que em 2014. Porém, o CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - ESALQ/USP indicou que a moagem do trigo nas indústrias de farinha ficou em cerca de 60% da capacidade total, explicada pela dificuldade em se encontrar trigo, o que pode indicar elevação do preço tanto da farinha quanto do pão para os próximos meses.

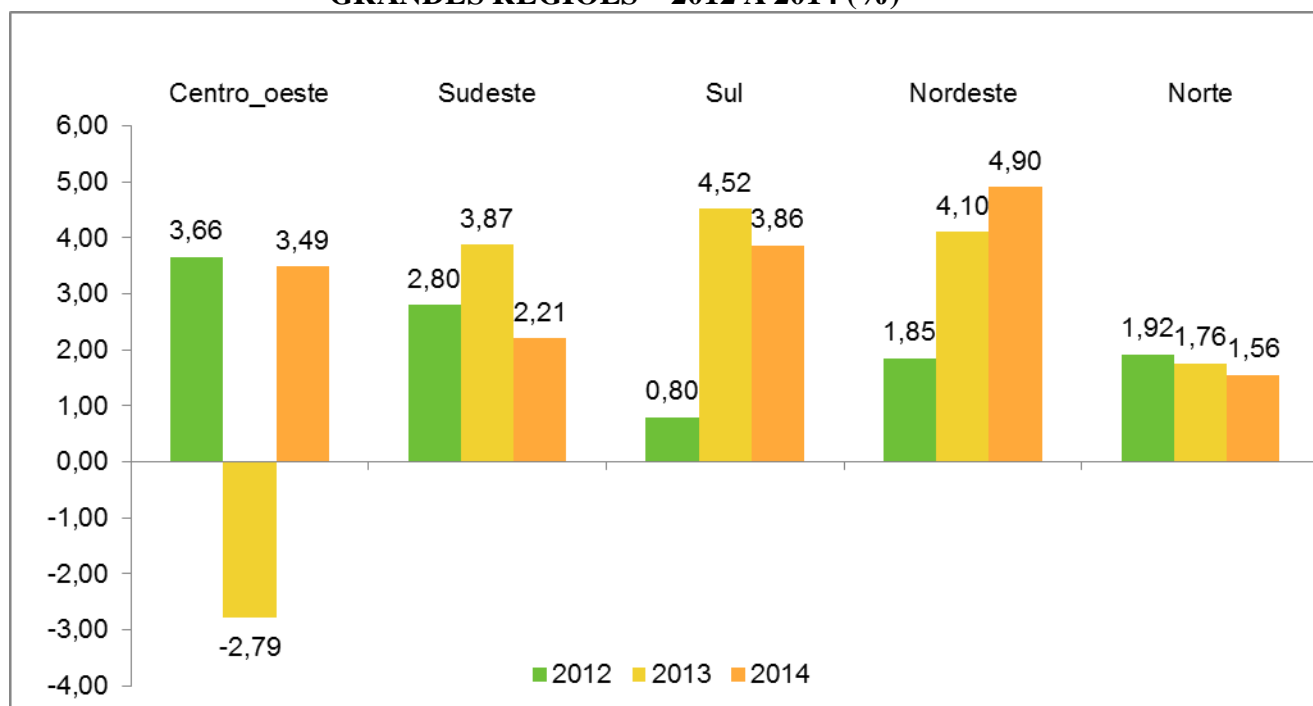
GRÁFICO 11
TAXA ACUMULADA DO PREÇO DA FARINHA DE TRIGO NO 1º
QUADRIMESTRE
GRANDES REGIÕES – 2012 A 2014 (%)



Fonte: PESQUISA DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS. DIEESE

GRÁFICO 12

TAXA ACUMULADA DO PREÇO DO PÃO FRANCÊS NO 1º QUADRIMESTRE GRANDES REGIÕES – 2012 A 2014 (%)



Fonte: PESQUISA DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS. DIEESE

3.12. Milho e soja

No IPCA, o milho é representado pelo fubá de milho e o peso é de 0,03% e na alimentação no domicílio, de 0,2%. A produção da agricultura familiar de milho correspondia a 46% da produção nacional, segundo dados de 2006.

A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) do milho produzido pela agricultura familiar foi de 7,7% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar. Os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 22,6% do total do crédito foi destinado à produção de milho, o que equivalia a R\$ 1.602.715.813,00 em 2012, ou seja, 179.588 operações de crédito.

O milho tem um grande peso na agricultura familiar e é líder de crédito no Pronaf, por isso foi selecionado para acompanhamento do GPAC. Nos meses de maio e junho, o bom desenvolvimento da cultura americana de milho, somada à safra brasileira, que apesar de menor, atende às demandas internas e externas, empurrou o preço do bem para baixo, em 2014.

O peso no IPCA do óleo de soja, representante da soja, foi 0,27% e de 1,7% na alimentação no domicílio. A produção de soja da agricultura familiar correspondia a 14% da produção nacional, segundo dados de 2006.

A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da soja produzida pela agricultura familiar foi de 6,6% no Valor Bruto da Produção Total da Agricultura Familiar. Os dados do Pronaf de Crédito de Custeio da Lavoura indicaram que 19,5% do total do crédito foi destinado à

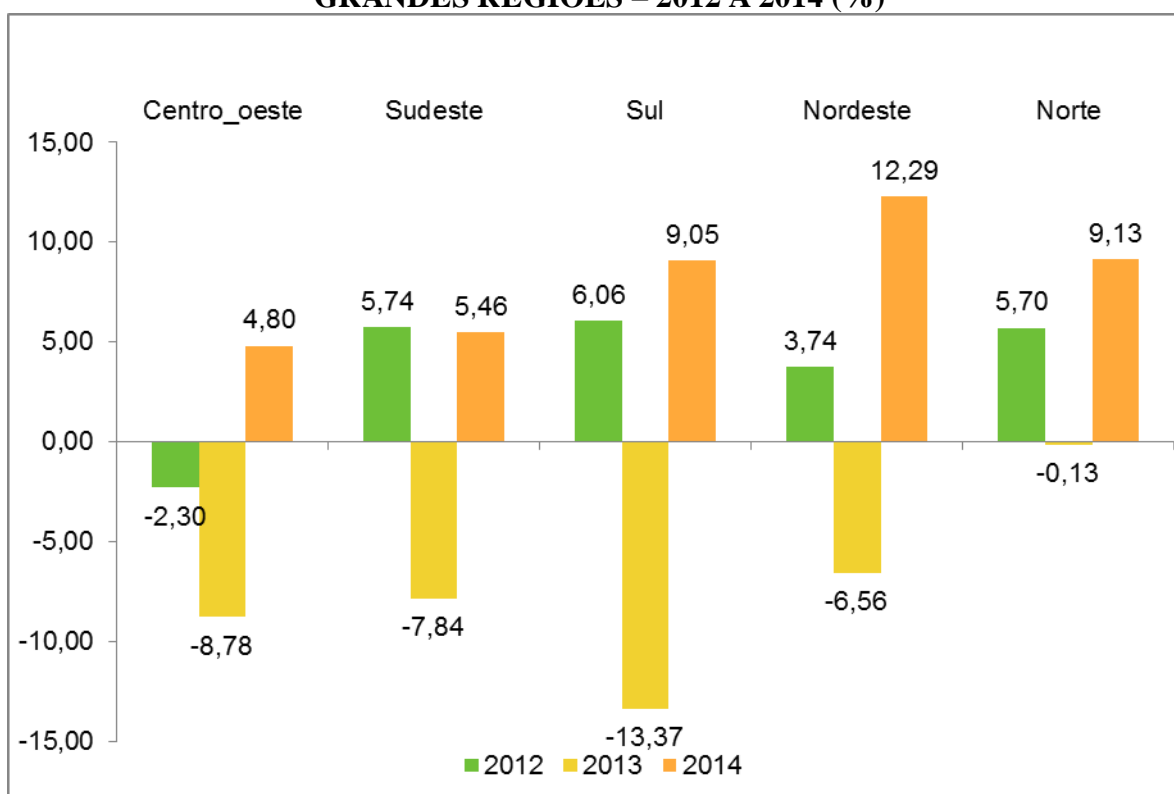
produção de soja, o que correspondia a R\$ 1.385.745.516,00 em 2012, ou seja, 103.469 operações de crédito.

A soja no Brasil também serve de insumo a produção de ração. O preço sofre influência do preço internacional. Houve elevação da demanda interna e externa por farelo de soja e também aumentou o volume embarcado - tanto de farelo quanto de óleo de soja.

O óleo de soja teve alta de preço no varejo no 1º quadrimestre em 2014 em todas as regiões no país, conforme apontam os dados da Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos.

GRÁFICO 13

**TAXA ACUMULADA DO PREÇO DO ÓLEO DE SOJA NO 1º QUADRIMESTRE
GRANDES REGIÕES – 2012 A 2014 (%)**



Fonte: PESQUISA DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS. DIEESE

4. METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO

Para cada um dos produtos foi definido que o GPAC fará o acompanhamento específico, por meio das seguintes ações:

- Articulação de um grupo de colaboradores – pessoas e organizações/instituições - especialistas por produto.
- Implantação de ferramentas de colaboração à distância para os trabalhos dos grupos e colaboradores.
- Oficina de partida para:

- i) Organizar o método de acompanhamento de cada produto.
- ii) Indicar os principais fatores críticos:
 - (1) Estruturais (sazonalidade, etc)
 - (2) Conjunturais (características do momento, etc).
- iii) Levantar elementos de planejamento de política de produção e abastecimento.
- d) O GPAC coordenará o acompanhamento de cada produto, realizando a análise articulada dos elementos tendo em vista a elaboração de propostas e sugestões para aperfeiçoar a produção e o abastecimento.
- e) A análise deverá levar em conta as características da:
 - i) Dinâmica doméstica de produção.
 - ii) Dinâmica internacional de produção e de formação dos preços e abastecimento.
 - iii) Fatores específicos de cada safra.

Bibliografia

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - ESALQ/USP. Disponível em <<http://cepea.esalq.usp.br/>>. Acesso em 3, 4 e 7 de julho de 2014.

CIFEIJÃO – Centro de Inteligência do Feijão. Disponível em < <http://www.cifeijao.com.br/>>. Acesso em 2 de julho de 2014.

DIEESE. **Pesquisa da cesta básica de alimentos**. São Paulo, 2012 a 2014.

IBGE. **Índice nacional de preços ao consumidor amplo**. Rio de Janeiro: IBGE